503

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT

EDITAL N.º 01/2026

FISCAL DE TRIBUTOS

Duração: 4h (quatro horas)

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com **40 (quarenta)** questões da prova objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS BÁSICOS				CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
LÍNGUA PORTUGUESA	RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO	CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	NOÇÕES DE INFORMÁTICA	
1 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 40

b) Um cartão de respostas destinado à marcação da alternativa correta.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ

05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras "A", "B", "C" e "D", mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorrida **1 (uma) hora** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes do tempo previsto, descumprindo, portanto, o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, termo esse que será lavrado pelo coordenador do local.

07 Só será permitido ao candidato levar o **caderno de questões** faltando **1 (uma) hora** para o horário de término da prova.

08 Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, o seu cartão de respostas. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**

09 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração para a correção.

10 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluam a prova ou que termine o tempo de duração da prova, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir:

Ferrari vende primeiro elétrico por R$ 207 milhões

O primeiro carro totalmente elétrico da Ferrari, o Luce, foi vendido por US$ 40 milhões em um leilão beneficente realizado pela Sotheby's durante a Monterey Car Week, na Califórnia. O valor, equivalente a cerca de R$ 207 milhões, estabeleceu um novo recorde para um carro novo vendido em leilão.

Identificado como Chassis 0, o exemplar foi produzido em configuração bespoke, ou seja, sob medida, e superou a marca anterior de US$ 26 milhões alcançada no ano passado por uma Ferrari Daytona SP3 personalizada. A identidade do comprador não foi revelada.

Todo o valor obtido com a venda será destinado a futuras iniciativas educacionais por meio da Ferrari Foundation, organização beneficente reconhecida nos Estados Unidos. O leilão reforçou o caráter filantrópico do evento e ampliou a visibilidade do novo modelo da marca italiana.

Apresentado em maio, o Luce chegou ao mercado com preço inicial de 550 mil euros, cerca de R$ 3,3 milhões. O valor gerou críticas e contribuiu para uma queda nas ações da fabricante em meio ao debate sobre a estratégia da empresa para a transição aos veículos elétricos.

Mesmo com a controvérsia inicial, a venda milionária reforçou o interesse de colecionadores pelo modelo. Após o leilão, as ações da Ferrari chegaram a subir 1,4% na Bolsa de Milão, sinalizando uma reação positiva do mercado ao resultado da negociação.

Fonte: https://www.jb.com.br/economia/automoveis/2026/08/1060619-ferrari-vende-primeiro-carro-eletrico-por-uss-40-milhoes-em-leilao.html. Acesso em 18/08/2026

1. A informação de que o exemplar foi produzido em configuração *bespoke*, ou seja, sob medida (2º parágrafo), permite inferir que a unidade leiloada:

A) correspondia à versão básica disponibilizada ao mercado
B) reproduzia a configuração comercial prevista para o modelo
C) seguia uma configuração padronizada pela fabricante italiana
D) apresentava características personalizadas para a negociação

2. A principal finalidade do texto é:

A) relatar uma venda recorde e mostrar seus desdobramentos econômicos e institucionais
B) descrever a trajetória histórica da Ferrari e justificar sua entrada no mercado elétrico
C) discutir os impactos ambientais da indústria automobilística e das práticas filantrópicas
D) defender a substituição dos carros esportivos tradicionais por modelos movidos a eletricidade

3. A expressão "Mesmo com a controvérsia inicial" (5º parágrafo) estabelece, em relação ao período anterior, uma ideia de:

A) finalidade
B) explicação
C) concessão
D) conformidade

4. Ao mencionar simultaneamente críticas ao preço do Luce e a venda recorde do modelo, o texto produz o efeito de:

A) indicar que o sucesso do leilão decorreu principalmente do anonimato do comprador
B) evidenciar a coexistência de questionamentos iniciais e de forte valorização posterior
C) demonstrar que a política de preços da Ferrari foi amplamente aceita desde o lançamento
D) comprovar que o desempenho das ações independe das decisões comerciais da empresa

5. No período "Todo o valor obtido com a venda será destinado a futuras iniciativas educacionais por meio da Ferrari Foundation, organização beneficente reconhecida nos Estados Unidos" (3º parágrafo), considerando-se as relações sintáticas estabelecidas no trecho, pode-se afirmar que:

A) "a futuras iniciativas educacionais" exerce função de adjunto adverbial, enquanto "por meio da Ferrari Foundation" exerce função de objeto indireto
B) "a futuras iniciativas educacionais" exerce função de objeto indireto, enquanto "por meio da Ferrari Foundation" exerce função de complemento nominal
C) "a futuras iniciativas educacionais" exerce função de complemento nominal, enquanto "por meio da Ferrari Foundation" exerce função de adjunto adverbial
D) "a futuras iniciativas educacionais" exerce função de objeto indireto, enquanto "por meio da Ferrari Foundation" exerce função de adjunto adverbial

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

6. Um setor administrativo utiliza códigos alfabéticos internos gerados pelo rearranjo das letras da palavra BRASIL. O total de anagramas possíveis que podem ser formados com essas letras, sem repetição, é:

A) 120
B) 360
C) 720
D) 5040

7. Em uma reunião de alinhamento estratégico de um órgão público, o diretor declarou: "O orçamento foi aprovado ou o novo sistema será implementado." A negação lógica da declaração do diretor é expressa por:

A) se o orçamento não foi aprovado, então o novo sistema será implementado
B) o orçamento não foi aprovado ou o novo sistema não será implementado
C) o orçamento foi aprovado e o novo sistema não será implementado
D) o orçamento não foi aprovado e o novo sistema não será implementado

8. Um servidor público destina 2/5 do seu salário líquido mensal para o pagamento do aluguel de sua residência. Do valor que lhe resta após esse pagamento, ele utiliza 3/8 para despesas com alimentação e supermercado. Sabendo que, após esses dois compromissos, ainda lhe sobram R$ 2.250,00 para as demais despesas do mês, o salário líquido total desse servidor é de:

A) R$ 5.000,00
B) R$ 6.000,00
C) R$ 7.000,00
D) R$ 8.000,00

9. Em uma repartição pública municipal com 100 servidores, foi realizado um levantamento sobre a adesão ao plano de saúde corporativo e o regime de trabalho. Constatou-se que 60 servidores trabalham presencialmente e 40 em regime híbrido. Entre os servidores presenciais, 48 aderiram ao plano de saúde; já entre os do regime híbrido, 12 aderiram ao plano. Selecionando-se aleatoriamente um servidor dessa repartição e constatando-se que ele aderiu ao plano de saúde corporativo, a probabilidade de que trabalhe em regime presencial é de:

A) 80%
B) 75%
C) 62%
D) 48%

10. Uma academia oferece aulas de musculação, pilates e natação para seus 200 alunos matriculados. Uma pesquisa revelou que:

- 110 praticam musculação;
- 80 praticam pilates;
- 70 praticam natação;
- 40 praticam musculação e pilates;
- 30 praticam musculação e natação;
- 25 praticam pilates e natação;
- 15 praticam as três modalidades.

A quantidade de alunos matriculados que praticam apenas uma dessas três modalidades é:

A) 90
B) 95
C) 105
D) 115

CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11. O município de Chapada dos Guimarães, no estado de Mato Grosso, está relacionado ao processo de ocupação do território mato-grossense, marcado pela criação de núcleos de povoamento, pelo estabelecimento de propriedades rurais, pela abertura de caminhos e pela relação histórica com centros regionais. Esse processo caracteriza-se pela:

A) articulação entre agricultura e abastecimento, seguida pela redução territorial
B) integração regional entre caminhos e povoamento, seguida pela ampliação territorial
C) organização entre propriedades rurais e comércio, seguida pela manutenção dos limites
D) formação espacial entre agricultura e circulação, seguida pela incorporação de novas áreas

12. Em novembro de 2025, Belém (PA) sediou a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), reunindo representantes de diversos países para discutir temas relacionados à mudança do clima. Entre os assuntos tratados, estiveram a adaptação aos impactos climáticos, o financiamento climático, a transição justa, a tecnologia e a implementação dos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris. Em março de 2026, a Presidência da COP30 apresentou seu Relatório Executivo, destacando a continuidade das ações para transformar os compromissos internacionais em medidas concretas de enfrentamento à mudança do clima. A realização da COP30 no Brasil e os debates dela decorrentes evidenciam que o enfrentamento da mudança do clima exige:

A) coordenação internacional das ações climáticas, sem necessidade de políticas nacionais
B) articulação entre as políticas ambientais, econômicas e sociais, com cooperação internacional
C) ampliação da exploração de recursos naturais, acompanhada de investimentos em tecnologias sustentáveis
D) priorização de medidas ambientais, com atuação independente das políticas econômicas e sociais

13. Em uma área de domínio do Cerrado, a combinação entre estação chuvosa, relevo de maior declividade, solos suscetíveis à erosão e retirada da cobertura vegetal pode alterar a dinâmica da água no terreno. Durante episódios de chuvas intensas, essas condições podem modificar a infiltração e o escoamento superficial, favorecendo processos erosivos e o transporte de sedimentos para os cursos d'água. A situação descrita evidencia a interação entre os elementos do espaço natural brasileiro, uma vez que há:

A) influência do relevo e do solo sobre a erosão e o escoamento, independentemente das condições climáticas e da cobertura vegetal no meio natural
B) atuação exclusiva da vegetação e do solo sobre a infiltração, enquanto a chuva e o relevo pouco interferem nos processos erosivos no meio natural
C) predominância do clima e da vegetação na dinâmica da água, com participação secundária do relevo e do solo nos processos erosivos no meio natural
D) interação entre chuva, relevo, solo e cobertura vegetal, condicionando a infiltração, o escoamento superficial, a erosão e o transporte dos sedimentos

14. De acordo com as normas sobre o processo legislativo e o regime de tramitação de projetos estabelecidos na Lei Orgânica do Município de Chapada dos Guimarães-MT, no que diz respeito ao procedimento relativo ao veto do Prefeito e à sua apreciação pela Câmara Municipal, é correto afirmar que:

A) esgotado o prazo sem deliberação, o veto será posto na ordem do dia da sessão imediata, sobrestando-se as demais proposições, até sua votação final, sendo que o veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores
B) comunicado o veto, a Câmara Municipal disporá do prazo improrrogável de quarenta dias úteis para apreciá-lo em votação aberta e nominal, sob pena de arquivamento definitivo da matéria
C) o veto parcial poderá abranger qualquer trecho ou frase isolada do dispositivo legal, exigindo-se o voto favorável de dois terços dos membros da câmara para a sua rejeição em discussão única
D) o silêncio do Prefeito no prazo de quinze dias úteis importará a rejeição tácita do projeto de lei, devendo a mesa diretora proceder imediatamente à sua promulgação formal

15. A Lei Orgânica do Município de Chapada dos Guimarães estabelece que, ao servidor público eleito para a Presidência de Sindicato de classe, é facultado(a):

A) o recebimento de adicional para indenizar o exercício de jornada dupla
B) a redução de carga horária para compatibilização com o cargo que exerce
C) o afastamento de seu cargo sem prejuízo dos vencimentos, vantagens e ascensão funcional
D) o licenciamento do cargo pelo período de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Atualmente, notebooks e microcomputadores têm utilizado um dispositivo de armazenamento de dados que substituem os discos rígidos convencionais (HDs), devido à sua maior eficiência e às diversas vantagens que oferecem. Esse dispositivo utiliza componentes eletrônicos, como a memória *flash*, em vez de mecanismos móveis. Como resultado, apresenta maior velocidade de leitura e gravação de dados, menor consumo de energia elétrica, funcionamento silencioso e dimensões reduzidas em comparação aos HDs. Tal dispositivo é conhecido pela sigla:

A) DDR
B) SSL
C) HUB
D) SSD

17. No contexto do sistema operacional *Windows 7 BR (x64)*, há um atalho de teclado utilizado para recortar o conteúdo selecionado, removendo-o de sua localização original e transferindo-o para a área de transferência. Esse atalho de teclado é:

A) Ctrl + R
B) Ctrl + X
C) Ctrl + Y
D) Ctrl + Z

18. No uso do *Word 2010 BR*, no que diz respeito à orientação da página, representada pelo ícone 

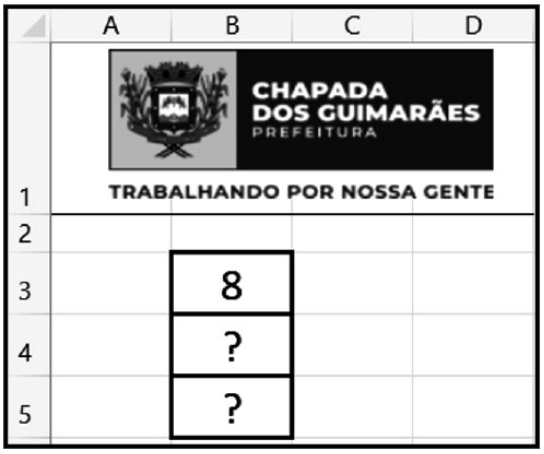
, há dois tipos que podem ser escolhidos para configurar um documento em digitação. Esses dois tipos são:

A) Carta e Ofício
B) Vertical e Horizontal
C) Retrato e Paisagem
D) Padrão e Personalizado

19. Para acessar páginas na internet, é necessário utilizar navegadores, também conhecidos como *browsers*, como o *Google Chrome* e o *Microsoft Edge*. Para visitar um site, deve-se digitar seu endereço na barra de endereços do navegador, por exemplo https://www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br/. Endereços como esse também são identificados pela sigla:

A) FTP
B) DNS
C) URL
D) WWW

20. A planilha da figura abaixo foi criada utilizando o *Excel 2010 BR* em um notebook Intel.



Na planilha, foram inseridas as fórmulas =B3+16/2^2 em B4 e =MOD(B3;5) na célula B5.

Nesse contexto, os números mostrados em B4 e em B5 são, respectivamente:

A) 12 e 3
B) 24 e 1
C) 4 e 0
D) 6 e 2

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966), no que diz respeito ao crédito tributário, pode-se afirmar que:

A) a moratória e a compensação tributária são modalidades exclusivas de exclusão do crédito tributário, cujos efeitos operam a remissão total da obrigação principal
B) as reclamações e os recursos apresentados na via administrativa suspenderão a exigibilidade do crédito tributário apenas se houver o prévio e integral depósito do montante discutido em juízo pelo sujeito passivo no momento de sua interposição
C) o parcelamento da dívida tributária extingue definitivamente o crédito tributário e impede a concessão de moratória, de modo que o inadimplemento de qualquer parcela sujeita o contribuinte tão somente à cobrança judicial da diferença, sem restaurar a exigibilidade do montante original
D) a isenção e a anistia constituem hipóteses de exclusão do crédito tributário, sendo que a anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo

22. O lançamento tributário é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do imposto devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Considerando as regras gerais do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966) acerca do lançamento, constata-se que o(a):

A) omissão do sujeito passivo em prestar declarações à autoridade administrativa no prazo legal extingue de plano a obrigação tributária
B) lançamento por homologação ocorre nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade
C) alteração do lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ocorrer de ofício por decisão arbitrária da autoridade fiscal sem amparo nas hipóteses legais
D) modificação dos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento pode ser aplicada a fatos geradores ocorridos anteriormente à sua introdução

23. O Sistema Tributário Nacional atribui aos Municípios competência para instituir impostos, taxas e contribuições, observadas as balizas estabelecidas na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966). Considerando as regras gerais incidentes sobre as espécies tributárias municipais e o exercício da fiscalização, afirma-se que:

A) a taxa municipal pode ter base de cálculo própria de imposto quando destinada ao custeio do serviço de iluminação pública
B) o fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado na zona urbana do Município, conforme definido na lei local
C) o ITBI incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, em qualquer hipótese
D) os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal mantidos pelo contribuinte gozam de imunidade absoluta frente à fiscalização municipal, sendo vedada sua exibição forçada

24. Durante um procedimento fiscal de rotina, a autoridade tributária constatou que determinada pessoa jurídica cumpriu tempestivamente o recolhimento do tributo devido, porém deixou de apresentar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) no prazo legal estabelecido. À luz do Código Tributário Nacional (CTN) e dos conceitos fundamentais de fiscalização tributária e de auditoria fiscal, é coerente afirmar que a:

A) obrigação descumprida é acessória e se converte em principal quanto à penalidade pecuniária
B) fiscalização fica impedida de autuar a empresa pela espontaneidade do pagamento efetuado
C) obrigação principal foi descumprida, pois a prestação de informações integra o fato gerador
D) falta de entrega da declaração extingue a obrigação principal por vício de procedimento fiscal

25. Em um procedimento de fiscalização e auditoria fiscal de empresa do setor comercial, a autoridade tributária identificou que o contribuinte declarou os débitos de tributos estaduais por meio de obrigações acessórias, porém não efetuou o pagamento no prazo legal. Antes da lavratura do auto de infração, a empresa alegou denúncia espontânea em relação à multa de mora, argumentando ausência de ação fiscal prévia. No mesmo procedimento, o fisco requisitou diretamente às instituições financeiras os extratos de movimentação bancária da empresa para apurar eventual omissão de receita. À luz da legislação tributária nacional, da doutrina e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores (STJ e STF), atesta-se que a:

A) denúncia espontânea é inaplicável para afastar a multa tributária decorrente do simples atraso no pagamento do tributo já previamente declarado pelo próprio contribuinte
B) requisição direta de dados bancários pelo fisco viola o sigilo bancário constitucional, exigindo-se prévia autorização judicial sob pena de ilicitude das provas obtidas na auditoria
C) verificação de cumprimento da obrigação tributária mediante exame de documentos contábeis prescinde do termo de início de fiscalização, operando-se a decadência a partir do fato gerador
D) notificação do lançamento tributário efetuada após a vigência de medida cautelar fiscal extingue o crédito pelo descumprimento do dever do fisco de formalizar a exigência no prazo decadencial

26. Considerando os aspectos legais insertos no Código Tributário Nacional e com relação à Constituição do Crédito Tributário e às modalidades de lançamento, é correto afirmar que o(a):

A) lançamento de ofício pressupõe o prévio pagamento pelo sujeito passivo sem o exame concomitante da autoridade fiscal
B) lançamento por declaração é efetuado de ofício quando a legislação dispensa totalmente a colaboração do contribuinte
C) alteração do lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo depende de previsão legal ou de recurso de ofício
D) constituição do crédito tributário ocorre mediante a lavratura da certidão de dívida ativa pela procuradoria municipal

27. O Processo Administrativo Tributário é o instrumento formal utilizado para a solução de litígios entre o sujeito passivo e a Fazenda Pública, garantindo o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo. No que se refere às noções gerais, à tramitação e à impugnação do lançamento tributário no Processo Administrativo Fiscal Federal, verifica-se que o(a):

A) impugnação do lançamento extingue a exigibilidade do crédito tributário
B) prazo para impugnação à autuação é de trinta dias contados da ciência do ato
C) consulta tributária perde o efeito suspensivo se formulada após a notificação
D) recurso administrativo de ofício deve ser interposto obrigatoriamente pela defesa do contribuinte

28. No exercício da atividade de fiscalização tributária municipal, a autoridade administrativa identifica o descumprimento de obrigações tributárias e necessita formalizar a exigência do crédito tributário ou aplicar as penalidades administrativas cabíveis. Com relação à lavratura do auto de infração, às intimações e à aplicação de sanções segundo as normas gerais do Código Tributário Nacional (CTN), compreende-se que a:

A) aplicação de penalidade pelo descumprimento de obrigação tributária dispensa o processo administrativo prévio
B) lavratura do auto de infração impede a cobrança de juros moratórios até a decisão final no processo administrativo de consulta
C) sanção administrativa aplicada em auto de infração extingue a obrigação tributária principal, mesmo sem o pagamento do tributo
D) promoção da intimação do sujeito passivo é ato essencial para formalizar a exigência tributária e dar início ao prazo para impugnação

29. Após o esgotamento dos prazos para pagamento espontâneo e a conclusão dos procedimentos de cobrança administrativa, a Fazenda Pública necessita adotar as providências cabíveis para o prosseguimento da cobrança do crédito tributário não adimplido. A respeito da dívida ativa, de sua inscrição e dos efeitos jurídicos correspondentes, evidencia-se que a:

A) emissão da certidão de dívida ativa extingue as garantias do crédito tributário
B) inscrição do crédito em dívida ativa é indispensável para o lançamento de ofício
C) dívida ativa fiscal regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez
D) cobrança judicial da dívida ativa depende do esgotamento das vias penais do devedor

30. No âmbito da auditoria fiscal e da análise de documentos relativos à atividade econômica das empresas, o fisco exige a escrituração e guarda de livros contábeis e fiscais, bem como a emissão de documentos fiscais eletrônicos. Sobre a validade, a guarda e a escrituração desses documentos para fins de fiscalização tributária, de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN) e a legislação correlata, conclui-se que:

A) a exibição de livros contábeis obrigatórios pode ser recusada pelo auditor se o empresário invocar sigilo comercial
B) o livro diário dispensa a formalidade de autenticação perante o órgão competente quando mantido na forma estritamente física
C) os livros obrigatórios e os documentos fiscais devem ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários
D) a nota fiscal eletrônica dispensa a manutenção de seu arquivo digital (XML) quando impressa a sua representação gráfica (DANFE)

31. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incide sobre a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar n.º 116/2003. Considerando as regras gerais estabelecidas pela referida Lei a respeito do fato gerador, da base de cálculo, dos contribuintes e do local de recolhimento do imposto, pode-se afirmar que o(a):

A) base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço prestado
B) fato gerador do imposto é a simples circulação de mercadorias
C) pessoa física que presta serviço sem habitualidade é a única contribuinte
D) fiscalização do imposto é de competência exclusiva da União em todos os casos

32. O Sistema Tributário Nacional, disciplinado nos artigos 145 a 162 da Constituição Federal de 1988, estabelece os princípios gerais, as espécies tributárias, as limitações ao poder de tributar e a repartição das competências tributárias entre os entes federativos. À luz das disposições constitucionais expressas sobre as espécies tributárias de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, determina-se que:

A) as taxas podem ter base de calculo própria de impostos
B) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é de competência municipal
C) a contribuição de melhoria é cobrada exclusivamente pela União em todo o território nacional
D) os estados possuem competência exclusiva para instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza

33. O Supremo Tribunal Federal (STF) fixou importantes teses acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, da repartição de competências e da imunidade tributária recíproca e de imprensa (art. 150, VI, "a" e "d", da CF/88). Considerando o entendimento consolidado da Corte Maior e as normas do Sistema Tributário Nacional contidas nos arts. 145 a 162 da Constituição Federal, observa-se que o(a):

A) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana admite alíquotas progressivas em razão do valor do imóvel e diferenciadas em razão do uso e da localização
B) imunidade tributária recíproca é extensível às sociedades de economia mistas concessionárias de serviço público, ainda que possuam capital aberto e distribuam lucros
C) lei complementar nacional que fixa alíquota mínima do imposto sobre serviços pode ser afastada por lei municipal justificada por interesse local de atracão de investimentos
D) imunidade do papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos abrange o livro eletrônico (e-book) e seus suportes digitais exclusivos, porém exclui os equipamentos de leitura de uso genérico

34. A cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública é regida pela Lei n.º 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal - LEF). No tocante à citação do executado, às garantias da execução e à apresentação de embargos do devedor, estabelece-se que:

A) a citação do devedor na execução fiscal é feita prioritariamente por oficial de justiça
B) os embargos do devedor são admissíveis antes da garantia formal da execução pelo executado
C) a garantia da execução fiscal pode ser prestada mediante fiança bancária ou seguro-garantia
D) a penhora de bens do devedor exige autorização do Ministério Público para ter validade jurídica

35. De acordo com a Lei n.º 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal – LEF), mais precisamente no tocante à competência do foro, aos privilégios do crédito público e às prerrogativas processuais da Fazenda Pública na execução fiscal, entende-se que:

A) a fazenda pública é isenta de efetuar o pagamento antecipado de custas e emolumentos processuais
B) o foro competente para a execução fiscal é exclusivamente o do domicílio da sede da fazenda exequente
C) os bens do executado penhorados na execução fiscal são transferidos de plano ao patrimônio do exequente
D) a alíquota das custas judiciais devidas pela fazenda exequente é dobrada em caso de improcedência da ação

36. Determinada empresa prestadora de serviços realizou a transmissão da propriedade de um imóvel urbano de sua propriedade localizado no Município de Chapada dos Guimarães (MT). Com base estrita no Código Tributário do Município de Chapada dos Guimarães (Lei Complementar Municipal n.º 094/2022) e nos preceitos do Código Tributário Nacional, a respeito da incidência, da base de cálculo e dos deveres instrumentais do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis (ITBI), constata-se que:

A) a incidência do ITBI alcança a dação em pagamento e a permuta de bens imóveis
B) a restituição do ITBI pago é permitida no caso de perda do bem por pacto de retrovenda
C) a base de cálculo do ITBI é vinculada ao valor venal fixado para fins de cobrança do IPTU
D) os oficiais de serventia podem lavrar a escritura sem a apresentação da certidão de débitos

37. Em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e à Taxa de Coleta de Lixo, nos termos do Código Tributário do Município de Chapada dos Guimarães (Lei Complementar Municipal n.º 094/2022), afirma-se que o(a):

A) fato gerador do IPTU ocorre em 1º de janeiro de cada ano, considerando-se lançado o imposto na data de sua ocorrência
B) valor venal do imóvel, base de cálculo do IPTU, é apurado exclusivamente com base na declaração voluntária prestada pelo contribuinte
C) imunidade do IPTU conferida a templos de qualquer culto estende-se aos imóveis alugados a terceiros para exploração de atividade comercial
D) incidência do IPTU alcança exclusivamente os imóveis urbanos providos de todos os melhoramentos e equipamentos públicos previstos na legislação federal

38. Um determinado munícipe de Chapada dos Guimarães, proprietário de um único imóvel urbano utilizado exclusivamente como residência de sua família, foi diagnosticado com neoplasia maligna (câncer). Ciente de suas obrigações tributárias e dos benefícios previstos na legislação municipal, o contribuinte protocolou um pedido administrativo de isenção e remissão do IPTU. Com base na Lei Complementar Municipal n.º 094/2022 (Código Tributário Municipal de Chapada dos Guimarães), quanto à concessão e à manutenção do benefício fiscal, verifica-se que o(a):

A) concessão da isenção do IPTU estende-se automaticamente a todos os imóveis registrados em nome do contribuinte
B) isenção concede remissão retroativa desde a data do diagnóstico e exonera o contribuinte das taxas tributárias municipais
C) benefício fiscal concedido possui prazo de validade de um ano, sendo necessário novo requerimento anual para a sua manutenção
D) o reconhecimento da isenção do IPTU é concedido em caráter permanente, dispensando qualquer renovação posterior por parte do interessado

39. Uma sociedade empresária adquiriu um imóvel urbano no Município de Chapada dos Guimarães mediante contrato de compra e venda e submeteu a transação ao Fisco municipal para fins de lançamento do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis (ITBI). À luz da jurisprudência firmada e expressamente incorporada na Seção I do Capítulo II do Código Tributário Municipal (Lei Complementar n.º 094/2022), acerca da base de cálculo e do lançamento do ITBI, atesta-se que:

A) a base de cálculo do ITBI é vinculada ao valor venal fixado para o IPTU, devendo este servir de piso mínimo para a tributação
B) o Município pode arbitrar previamente e de forma unilateral a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido
C) o valor da transação declarado pelo contribuinte goza de presunção de veracidade, podendo ser afastado pelo Fisco apenas via processo administrativo próprio
D) a base de cálculo do ITBI é o valor de mercado, mas a administração pode adotar o valor da pauta fiscal sem necessidade de instauração de processo administrativo

40. Uma empresa de construção civil sediada no Município de Chapada dos Guimarães foi contratada para executar uma obra de edificação predial na sede do município. Para a realização dos serviços, a empreiteira forneceu materiais produzidos fora do local da prestação de serviços e contratou subempreiteiras para etapas específicas da obra. Quando do lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), surgiram dúvidas quanto à base de cálculo e ao enquadramento do tributo. Com base nas disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar n.º 094/2022), acerca do ISSQN incidente sobre os serviços de construção civil, observa-se que:

A) os materiais produzidos pelo prestador fora do local da prestação de serviços não podem ser deduzidos da base de cálculo do tributo
B) a base de cálculo do imposto é o preço do serviço, do qual se deduz o valor dos materiais fornecidos pelo prestador e das subempreitadas já tributadas
C) o imposto incidente sobre a construção civil é calculado exclusivamente sob a forma de alíquota fixa anual em razão da quantidade de profissionais envolvidos
D) as subempreitadas de serviços constituem hipótese de isenção total do tributo, ficando o empreiteiro principal dispensado da retenção na fonte